

SPC Identidade Digital S.A.Balanças patrimoniais em 31 de dezembro
Em reais (R\$)

Ativo	Nota	2021	2020	Passivo e patrimônio líquido	Nota	2021	2020
Circulante				Circulante			
Caixa e equivalente de caixa	4	51.527	89.154	Fornecedores	9	1.773	1.342
Contas a receber	5	9.705	13.438	Obrigações tributárias	10	2.022	884
Impostos a recuperar	6	849.444	849.165	Outras obrigações	11	15.000	-
Outros créditos	7	196	18.466			18.795	2.226
		910.872	970.223				
Não circulante				Patrimônio líquido			
Imobilizado	8	2.736	4.839	Capital social	12	600.000	600.000
		2.736	4.839	Reserva legal		100.715	100.715
				Lucros acumulados		194.098	272.121
						894.813	972.836
Total		913.608	975.062	Total		913.608	975.062

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

SPC Identidade Digital S.A.

Demonstrações dos resultados dos exercícios findos em 31 de dezembro
Em reais (R\$)

	<u>Nota</u>	<u>2021</u>	<u>2020</u>
Receita líquida	13	56.888	162.677
Custos	14	(2.964)	(161.073)
Lucro bruto		53.924	1.604
Despesas			
Administrativas	15	(10.231)	(1.150.034)
Com serviços	16	(120.330)	(348.883)
Com pessoal	17	(294)	(100.090)
Outras despesas líquidas		-	48.507
		(130.855)	(1.550.500)
Prejuízo antes do resultado financeiro		(76.931)	(1.548.896)
Resultado financeiro líquido	18	(1.092)	5.693
Prejuízo líquido do exercício		(78.023)	(1.543.203)

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

SPC Identidade Digital S.A.

Demonstrações dos resultados abrangentes dos exercícios findos em 31 de dezembro
Em reais (R\$)

	<u>2021</u>	<u>2020</u>
Prejuízo do exercício	(78.023)	(1.543.203)
Outros resultados abrangentes	-	-
Total do resultado abrangente do exercício	<u>(78.023)</u>	<u>(1.543.203)</u>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

SPC Identidade Digital S.A.Demonstrações das mutações do patrimônio líquido
Em reais (R\$)

	Capital social	Reserva legal	Lucros acumulados	Total
Saldo em 31 de dezembro 2019	2.600.000	100.715	1.815.324	4.516.039
Redução do capital social	(2.000.000)	-	-	(2.000.000)
Prejuízo do exercício	-	-	(1.543.203)	(1.543.203)
Saldo em 31 de dezembro 2020	600.000	100.715	272.121	972.836
Prejuízo do exercício	-	-	(78.023)	(78.023)
Saldo em 31 de dezembro 2021	600.000	100.715	194.098	894.813

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

SPC Identidade Digital S.A.

Demonstrações do fluxo de caixa dos exercícios findos em 31 de dezembro
Em reais (R\$)

	<u>2021</u>	<u>2020</u>
Fluxo de caixa das atividades operacionais		
Prejuízo do exercício	(78.023)	(1.543.203)
Ajustes para reconciliar o prejuízo do exercício com os recursos provenientes de atividades operacionais:		
Depreciação e amortização	426	426
Valor residual na baixa de imobilizado	1.677	
Perdas esperadas com credores de liquidação duvidosa	394	977.790
	(75.526)	(564.987)
Variações em ativos e passivos operacionais		
Contas a receber	3.339	650.110
Impostos a recuperar	(279)	(5.697)
Outros créditos	18.270	23.956
Despesas antecipadas	-	537
Fornecedores	431	(380)
Obrigações trabalhistas	-	(107.977)
Obrigações tributárias	1.138	(8.130)
Acordo comercial SPC	-	(1.012.330)
Outras obrigações	15.000	(414.380)
Caixa aplicado das atividades operacionais	(37.627)	(1.439.278)
Fluxo de caixa das atividades de financiamento		
Redução de capital	-	(2.000.000)
Caixa aplicado nas atividades de financiamento	-	(2.000.000)
Redução do caixa e equivalentes de caixa	(37.627)	(3.439.278)
Caixa e equivalentes de caixa no início do exercício	89.154	3.528.432
Caixa e equivalentes de caixa no final do exercício	51.527	89.154
Redução do caixa e equivalentes de caixa	(37.627)	(3.439.278)

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

1. Contexto operacional

A SPC Identidade Digital S.A. (“Companhia”), anteriormente 2A Certificação Digital S.A., razão social alterada em 26 de março de 2019 conforme aprovado em assembleia de acionistas, tem por objeto social a prestação de serviços de informações cadastrais, comportamentais, mercadológicas e de proteção ao crédito, com o arquivamento, processamento, beneficiamento, tratamento e disponibilização, incluindo consultoria, desenvolvimento de sistemas e projetos e elaboração e venda de pesquisas.

A Companhia também poderá atuar no desenvolvimento e exploração de soluções de meios de pagamento em geral, próprias ou de terceiros; desenvolvimento, distribuição, consultoria, cessão e licenciamento de direito de uso de software próprio ou de terceiros; e a intermediação, o desenvolvimento e a disponibilização de soluções tecnológicas que tenham por objetivo o apoio às diversas fases dos ciclos de negócios dos diferentes segmentos de atividade econômica em operação no Brasil e no exterior, seja através da análise de risco ou de oferta de informações combinadas ou isoladas.

Plano estratégico

Devido a alterações ocorridas no segundo semestre de 2019 na legislação suporte para a operação de certificação, a administração da Companhia optou por encerrar todas as filiais de atendimento direto ao público e transferiu tal operação para o SPC Brasil. A SPC Identidade Digital atualmente atende apenas as vendas de certificados através da plataforma digital, originando assim a redução das receitas, respectivos custos com insumos, custos com pessoal e demais despesas administrativas, assim como das obrigações ligadas a parceria.

Pandemia COVID-19

Nenhum impacto adverso material na continuidade dos negócios foi identificado como resultado da pandemia COVID-19, bem como das estimativas contábeis feitas, seja no âmbito da recuperação de ativos, seja na medição do valor justo, contingências de ativos e passivos, reconhecimento de receitas e provisões para perdas esperadas. A administração acompanha o andamento da pandemia no Brasil e no mundo.

2. Apresentação e elaboração das demonstrações financeiras

2.1 Base de apresentação

As demonstrações financeiras foram elaboradas e estão sendo apresentadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, as quais abrangem a legislação societária e as normas emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade (CFC).

As demonstrações financeiras foram aprovadas pela administração em 22 de março de 2022.

A preparação das demonstrações financeiras de acordo com as normas brasileiras exige que a Administração faça julgamentos, estimativas e premissas que afetam a aplicação de políticas contábeis e os valores reportados de ativos, passivos, receitas e despesas. Os resultados reais podem divergir dessas estimativas.

Estimativas e premissas são revistas de uma maneira contínua. Revisões com relação a estimativas contábeis são reconhecidas no período em que as estimativas são revisadas e em quaisquer períodos futuros afetados.

2.2 Moeda funcional

A moeda funcional da Companhia é a moeda do principal ambiente econômico no qual a Companhia opera; as principais fontes geradoras de caixa e despesas são originadas em R\$ (reais), desta forma considera-se como moeda funcional a moeda local (reais). Todas as informações financeiras apresentadas em reais tiveram os centavos suprimidos, exceto quando indicado de outra forma.

3. Principais prática contábeis

3.1 Instrumentos financeiros – reconhecimento e mensuração

Conforme o IFRS 9 / NBC TG 48, no reconhecimento inicial, um ativo financeiro é classificado em: a custo amortizado; valor justo por meio dos outros resultados abrangentes (“VJORA”) – instrumento de dívida; VJORA – instrumento patrimonial; e valor justo por meio de resultado (“VJR”). A classificação dos ativos financeiros segundo o IFRS 9 / NBC TG 48 é substancialmente estabelecida conforme o modelo de negócios no qual um ativo financeiro é gerenciado e em suas características de fluxos de caixa contratuais. As novas políticas contábeis significativas estão descritas a seguir:

Ativos financeiros a custo amortizado - Estes ativos são mensurados de forma subsequente ao custo amortizado utilizando o método dos juros efetivos. O custo amortizado é reduzido por perdas por redução ao valor recuperável. A receita de juros, ganhos e perdas cambiais e perdas são reconhecidos no resultado. Qualquer ganho ou perda no desreconhecimento é reconhecido no resultado.

Um ativo financeiro é mensurado ao custo amortizado se atender ambas as condições a seguir e não for designado como mensurado a VJR:

- é mantido dentro de um modelo de negócio cujo objetivo seja manter ativos financeiros para receber fluxos de caixa contratuais; e
- seus termos contratuais geram, em datas específicas, fluxos de caixa que são relativos ao pagamento de principal e juros sobre o valor principal em aberto.

Um instrumento de dívida é mensurado a VJORA se atender ambas as condições a seguir e não for designado como mensurado a VJR:

- é mantido dentro de um modelo de negócio cujo objetivo é atingido tanto pelo recebimento de fluxos de caixa contratuais quanto pela venda de ativos financeiros; e
- seus termos contratuais geram em datas específicas, fluxos de caixa que são apenas pagamentos de principal e juros sobre o valor principal em aberto.

Os ativos financeiros da Companhia são substancialmente representados por caixa e equivalentes de caixa (Nota explicativa nº 4) classificadas ao valor justo por meio do resultado, além de contas a receber (Nota explicativa nº 5) e outros créditos (Nota explicativa nº 7), os quais estão classificados como mensurados subsequentemente ao custo amortizado. A adoção do IFRS 9 / NBC TG 48 não resultou em modificações nas demonstrações financeiras.

Os passivos financeiros foram classificados como mensurados ao custo amortizado ou ao VJR. Um passivo financeiro é classificado como mensurado ao valor justo por meio do resultado caso for classificado como mantido para negociação, for um derivativo ou for designado como tal no reconhecimento inicial. Passivos financeiros mensurados ao VJR são mensurados ao valor justo e o resultado líquido, incluindo juros, é reconhecido no resultado. Outros passivos financeiros são subsequentemente mensurados pelo custo amortizado utilizando o método de juros efetivos. A despesa de juros, ganhos e perdas cambiais são reconhecidos no resultado. Qualquer ganho ou perda no desreconhecimento também é reconhecido no resultado.

Os passivos financeiros da Companhia estão substancialmente representados por fornecedores (Nota explicativa nº 9), os quais estão classificados como mensurados subsequentemente ao custo amortizado. A adoção do IFRS 9 / NBC TG 48 não resultou em modificações nas demonstrações financeiras.

3.2 Caixas e equivalentes de caixa

As disponibilidades são avaliadas pelo custo, acrescidas dos rendimentos auferidos até a data do balanço, quando aplicável. Compreendem depósitos bancários e aplicações financeiras de liquidez imediata, com baixo risco liquidez, cujas taxas são compatíveis com as de mercado, estando ao seu valor justo e de realização.

3.3 Contas a receber

As contas a receber de clientes são reconhecidas ao preço da transação, deduzidas de perdas esperadas com créditos de liquidação duvidosa, quando necessário.

3.4 Ativo imobilizado

Avaliado pelo custo de aquisição, combinado com a dedução da sua depreciação, que foi calculada pelo método linear, as taxas mencionadas na Nota explicativa nº 8.

3.5 Ajuste a valor presente

São ajustados a seu valor presente com base em taxa efetiva de juros os itens monetários integrantes do ativo e passivo, quando decorrentes de operações de curto prazo, se relevantes, e longo prazo, sem a previsão de remuneração ou sujeitas a: (i) juros pré-fixados; (ii) juros notoriamente abaixo do mercado para transações semelhantes; e (iii) reajustes somente por inflação, sem juros. A Companhia avalia periodicamente o efeito deste procedimento. Em 31 de dezembro de 2021 e de 2020 não foram identificados ajustes dessa natureza.

3.6 Redução ao valor recuperável de ativos (não financeiros)

A administração analisa anualmente o valor contábil líquido dos ativos com o objetivo de avaliar eventos ou mudanças nas circunstâncias econômicas, operacionais ou tecnológicas que possam indicar deterioração ou perda de seu valor recuperável. Quando essa evidência é identificada e o valor líquido contábil excede o valor recuperável, uma estimativa para redução ao valor recuperável do ativo é reconhecida pelo montante em que o valor contábil do ativo ultrapassa seu valor recuperável, que é o maior entre o preço líquido de venda e o valor em uso de um ativo.

3.7 Fornecedores

São registrados pelo valor nominal dos títulos representativos de tais passivos, acrescido das variações cambiais, quando aplicável, incorridas até a data do balanço.

3.8 Demais ativos e passivos circulantes e não circulantes

Um ativo é reconhecido no balanço patrimonial quando for provável que seus benefícios econômicos futuros serão gerados em favor das operações e seu custo ou valor possa ser mensurado com segurança. Um passivo é reconhecido no balanço patrimonial quando possui uma obrigação legal ou constituída como resultado de um evento passado, sendo provável que um recurso econômico seja requerido para liquidá-lo. São acrescidos, quando aplicável, dos correspondentes encargos e das variações monetárias ou cambiais incorridas.

3.9 Provisões

As provisões são reconhecidas quando a Companhia possui uma obrigação presente como resultado de um evento passado, e é provável que sejam necessários benefícios econômicos para liquidar a obrigação e uma estimativa da quantidade pode ser feita. A despesa ou reversão relativas a quaisquer provisões são reconhecidas no resultado do exercício.

3.10 Imposto de renda e contribuição social

As despesas de imposto de renda e contribuição social do exercício compreendem os impostos correntes e diferidos, ambos reconhecidos na demonstração do resultado, quando aplicável. Os encargos de imposto de renda e contribuição social correntes e diferidos são calculados com base nas leis tributárias promulgadas na data do balanço. A administração avalia, periodicamente, as posições assumidas pela Companhia nas declarações de impostos de renda com relação às situações em que a regulamentação fiscal aplicável dá margem a interpretações. Estabelece também provisões, quando apropriado, com base nos valores estimados de pagamento às autoridades fiscais.

Em 2021 e 2020 a Companhia foi tributada pelo lucro real, o imposto de renda e a contribuição social são calculados pelas alíquotas regulares de 15% acrescida de adicional de 10% para o imposto de renda com adicional de 10% sobre o excedente à R\$ 240.000,00 e de 9% para a contribuição social, sobre o lucro contábil do exercício, ajustado segundo critérios estabelecidos pela legislação fiscal vigente.

3.11 Apuração do resultado do exercício

As receitas e despesas são registradas pelo regime de competência. A receita é mensurada pelo valor justo da contraprestação recebida, líquida de descontos e impostos ou encargos relacionados. A receita não é reconhecida se houver incerteza significativa quanto à sua realização.

4. Caixa e equivalentes de caixa

Descrição	2021	2020
Caixa	-	5.069
Banco conta movimento	11	11
Aplicações financeiras	51.516	84.074
Total	51.527	89.154

Notas explicativas às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2021 e de 2020
Em reais (R\$), exceto quando indicado de outra forma

As aplicações financeiras incluem certificados de depósitos bancários e títulos emitidos e compromissados de instituições financeiras de primeira linha, cujo rendimento está atrelado à variação do Certificado de Depósito Interbancário ("CDI"). Estão sendo classificadas no caixa e equivalentes caixa por serem aplicações automáticas, com possibilidade de resgate imediato, e não haver risco de mudança de valor caso o mesmo ocorra.

5. Contas a receber

Descrição	2021	2020
Duplicatas a receber	987.495	991.228
Perdas esperadas com créditos de liquidação duvidosa	(977.790)	(977.790)
Total	9.705	13.438

O registro da perda esperada em créditos de liquidação duvidosa (PECLD) é realizado como redutora das duplicatas a receber, em contrapartida ao resultado do exercício.

O método adotado pela Companhia foi o de identificar os títulos vencidos e realizar uma análise individual com base no histórico de relacionamento entre a Companhia e cada cliente. De posse dessa análise, a administração julga o risco de perda na liquidação de cada título.

A tabela a seguir resume a movimentação da PECLD em 2021:

Saldo em 31/12/2020	Perda esperada no período	Reversão	Realização	Saldo em 31/12/2021
(977.790)	(394)	-	394	(977.790)

A tabela a seguir resume a movimentação da PECLD em 2020:

Saldo em 31/12/2019	Perda esperada no período	Reversão	Realização	Saldo em 31/12/2020
-	(1.074.826)	-	97.036	(977.790)

6. Impostos a recuperar

Descrição	2021	2020
IRPJ – Imposto de renda pessoa jurídica	610.705	610.705
CSLL – Contribuição social sobre o lucro líquido	220.085	220.085
Imposto de renda sobre rendimentos financeiros	18.654	18.375
Total	849.444	849.165

A Companhia optou pela modalidade de tributação denominada lucro real por estimativa mensal em 2018 e recolheu valor superior ao devido no fechamento do exercício. Em 2021, 2020 e 2019 optou pela modalidade lucro real trimestral e não realizou a compensação de tais valores devido à redução operacional e consequente ausência de lucro nas apurações realizadas a partir do segundo semestre de 2019.

A administração da Companhia, com base na expectativa de ausência de lucro no exercício de 2022, irá realizar o processo de restituição de tais valores junto à Receita Federal.

7. Outros créditos

Descrição	2021	2020
Adiantamentos a fornecedores	196	18.466
Total	196	18.466

8. Ativo imobilizado

Descrição	Taxa % a.a.	2021		2020	
		Custo	Depreciação acumulada	Líquido	Líquido
Máquinas e equipamentos	10%	4.262	(1.526)	2.736	3.162
Equipamentos de informática	20%	-	-	-	1.677
		4.262	(1.526)	2.736	4.839

Movimentação do exercício de 2021

Descrição	2020	Adições	Baixas	2021
Máquinas e equipamentos	4.262	-	-	4.262
Equipamentos de informática	1.899	-	(1.899)	-
	6.161		(1.899)	4.262
Depreciação acumulada	(1.322)	(426)	222	(1.526)
Total	4.839	(426)	(1.677)	2.736

Movimentação do exercício de 2020

Descrição	2019	Adições	Baixas	2020
Máquinas e equipamentos	4.262	-	-	4.262
Equipamentos de informática	1.899	-	-	1.899
	6.161	-	-	6.161
Depreciação acumulada	(896)	(426)	-	(1.322)
Total	5.265	(426)	-	4.839

9. Fornecedores

Descrição	2021	2020
IUGU	-	493
Associação das autoridades certificadoras	1.482	494
Outros	291	355
Total	1.773	1.342

Notas explicativas às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2021 e de 2020
Em reais (R\$), exceto quando indicado de outra forma

10. Obrigações tributárias

Descrição	2021	2020
ISS	66	276
COFINS	1.362	425
PIS	296	92
Impostos retidos sobre serviços tomados	298	91
Total	2.022	884

11. Outras obrigações

Descrição	2021	2020
SPC Brasil – Reembolso de despesas	15.000	-
Total	15.000	-

12. Patrimônio líquido**a) Capital social**

O capital social da Companhia em 31 de dezembro de 2020 e 2019 é de R\$ 600.000,00, representado por 600.000 ações ordinárias no valor nominal de R\$ 1,00 cada, totalmente subscritas e integralizadas pela única acionista, a Serviços Para o Comércio do Brasil S.A.

b) Redução de capital

Em 24 de março de 2020 em Assembleia Geral Extraordinária, deliberou-se redução de capital no valor de R\$ 2.000.000,00, mediante a redução de 2.000.000 de ações ordinárias, no valor nominal de R\$ 1,00 cada uma, com a devolução do valor para o único acionista.

13. Receita líquida

Descrição	2021	2020
Venda de serviços	67.438	189.196
Deduções da receita		
ISS	(3.372)	(8.253)
PIS	(1.113)	(3.231)
COFINS	(5.131)	(15.035)
Serviços cancelados	(934)	-
Total	56.888	162.677

A administração da Companhia encerrou as filiais de atendimento direto ao público e transferiu essa operação para o SPC Brasil, mantendo apenas as vendas de certificados através da plataforma digital, fato que acarretou a redução de receitas em 2021 quando comparado a 2020.

14. Custos

Descrição	2021	2020
Custos com insumos para a prestação de serviços	(2.964)	(161.073)
Total	(2.964)	(161.073)

Notas explicativas às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2021 e de 2020
Em reais (R\$), exceto quando indicado de outra forma

Refere-se ao custo de Safeweb Segurança da Informação, Autoridade Certificadora (AC) de 1º nível. O certificado digital funciona como uma identidade virtual que permite a identificação segura e inequívoca do autor da mensagem ou transação feita em meios eletrônicos, como web. Esse documento eletrônico é gerado e assinado por uma terceira parte confiável, ou seja, uma AC que, seguindo regras estabelecidas pelo comitê gestor da ICP-Brasil, associa uma entidade (pessoa, processo, servidor) a um par de chaves criptográficas. Os certificados contêm os dados de seu titular conforme detalhado na política de certificado de cada autoridade certificadora.

A administração da Companhia encerrou as filiais de atendimento direto ao público e transferiu essa operação para o SPC Brasil, mantendo apenas as vendas de certificados através da plataforma digital, fato que acarretou a redução dos custos em 2021 quando comparado a 2020.

15. Despesas administrativas

Descrição	2021	2020
Aluguel variável	-	(34.181)
Correio e malote	-	(1.074)
Material de escritório	-	(425)
Taxa de fiscalização de estabelecimento	(178)	(1.505)
Depreciação	(426)	(426)
Suprimentos de informática	-	(19.640)
Perdas esperadas com credores de liquidação duvidosa	(394)	(977.790)
Perda efetiva de crédito	-	(97.036)
Bens de pequeno valor	-	(9.600)
Outras despesas	(9.233)	(8.357)
Total	(10.231)	(1.150.034)

A administração da Companhia encerrou as filiais de atendimento direto ao público e transferiu essa operação para o SPC Brasil, mantendo apenas as vendas de certificados através da plataforma digital, fato que acarretou a redução das despesas administrativas em 2021 quando comparado a 2020.

16. Despesas com serviços

Descrição	2021	2020
Assessoria contábil	(62.908)	(135.106)
Licença de uso de software (certificados comercializados)	(1.898)	(4.535)
Sistemas	(936)	(65.544)
Outras despesas	(54.588)	(143.698)
Total	(120.330)	(348.883)

Na rubrica de Despesas com Licenças e Software encontram-se classificados os gastos com os sistemas utilizados pela operação para a venda (pedidos de certificados) e gestão da operação (comunicação com a Safeweb, gestão do aluguel variável, apuração dos gastos com pessoal de fornecedores diversos).

A administração da Companhia encerrou as filiais de atendimento direto ao público e transferiu essa operação para o SPC Brasil, mantendo apenas as vendas de certificados através da plataforma digital, fato que acarretou a redução das despesas com serviços em 2021 quando comparado a 2020.

17. Despesas com pessoal

Descrição	2021	2020
Salários	-	(23.949)
INSS sobre folha de pagamento	-	(9.312)
Férias e 13º salário	-	(739)
Vale-refeição e vale-transporte	-	(12.201)
Rescisões de contratos de trabalho	-	(26.342)
FGTS sobre folha de pagamento	-	(1.916)
Assistência médica e odontológica	-	(24.311)
Outras despesas com pessoal	(294)	(1.320)
Total	(294)	(100.090)

A administração da Companhia encerrou as filiais de atendimento direto ao público e transferiu essa operação para o SPC Brasil, mantendo apenas as vendas de certificados através da plataforma digital, fato que acarretou a redução das despesas com pessoal em 2021 quando comparado a 2020.

18. Resultado financeiro líquido

Descrição	2021	2020
Receitas financeiras		
Rendimento de aplicações financeiras	1.308	16.032
Multas e juros	-	2.426
	1.308	18.458
Despesas financeiras		
Despesas bancárias	(2.140)	(5.031)
Perdas em aplicações financeiras	-	(7.577)
Multas e juros por atraso	(260)	(157)
	(2.400)	(12.765)
Total	(1.092)	5.693

19. Imposto de renda e contribuição social

A operação da Companhia no exercício apresentou-se deficitária em todos os trimestres, não tendo sido apurados ou recolhidos Imposto de Renda ou Contribuição Social sobre seu resultado.

20. Contingências

A administração efetua uma avaliação dos riscos envolvidos nos processos nos quais a Companhia é parte envolvida. Essa avaliação é efetuada com base na opinião dos assessores jurídicos.

A avaliação é classificada entre perda provável, possível e remota, efetuada a partir desse trabalho e determina os casos passíveis de constituição de provisão, sendo provisionadas somente as contingências classificadas como perdas prováveis e divulgadas em notas explicativas as contingências classificadas como perdas possíveis. Em 31 de dezembro de 2021 e 2020 não havia valores classificados como perda provável para fins de constituição de provisão, e como perda possível para fins de divulgação dessas informações.

21. Gerenciamento de riscos

A Companhia apresenta exposição aos seguintes riscos advindos do uso de instrumentos financeiros:

- Risco de crédito;
- Risco de liquidez; e
- Risco operacional.

Esta nota explicativa apresenta informações sobre a exposição da Companhia para cada um dos riscos acima, os objetivos políticas e processos de mensuração e gerenciamento de riscos e capital.

A Administração da Companhia tem a responsabilidade global para o estabelecimento e supervisão da estrutura de gerenciamento de risco. As políticas de gerenciamento foram estabelecidas para identificar e analisar os riscos ao qual está exposto, para definir limites de riscos e controles apropriados, e para monitorar os riscos e a aderência aos limites impostos. As políticas de risco e os sistemas são revistos regularmente para refletir mudanças nas condições de mercado e nas atividades da Companhia.

Risco de crédito

Decorre da possibilidade de a Companhia sofrer perdas decorrentes de inadimplência de seus clientes. Para mitigar esses riscos, a Companhia adota como prática a análise das situações financeira e patrimonial de seus clientes, assim administra o risco de crédito por meio de um programa de qualificação e concessão de crédito.

Risco de liquidez

Decorre da possibilidade de redução dos recursos destinados para pagamentos de dívidas. A Administração monitora as previsões contínuas das exigências de liquidez da Companhia para assegurar que se tenha caixa suficiente para atender às necessidades operacionais.

Risco operacional

Risco operacional é o risco de prejuízos diretos ou indiretos decorrentes de uma variedade de causas associadas a processos, pessoal, tecnologia e infraestrutura da Companhia e de fatores externos, exceto riscos de crédito, mercado e liquidez, como aqueles decorrentes de exigências legais e regulatórias e de padrões geralmente aceitos de comportamento. Riscos operacionais surgem de todas as operações da Companhia.

O objetivo da Companhia é administrar o risco operacional para evitar a ocorrência de prejuízos financeiros e danos à reputação da Companhia e buscar eficácia de custos e para evitar procedimentos de controle que restrinjam iniciativa e criatividade.

A principal responsabilidade para o desenvolvimento e implementação de controles para tratar riscos operacionais é atribuída à alta administração. A responsabilidade é apoiada pelo desenvolvimento de padrões gerais da Companhia para a administração de riscos operacionais nas seguintes áreas:

- Exigências para segregação adequada de funções, incluindo a autorização independente de operações;
- Exigências para a reconciliação e monitoramento de operações;

- Cumprimento com exigências regulatórias e legais;
- Documentação de controles e procedimentos;
- Exigências para a avaliação periódica de riscos operacionais enfrentados e a adequação de controles e procedimentos para tratar dos riscos identificados;
- Exigências de reportar prejuízos operacionais e as ações corretivas propostas;
- Desenvolvimento de planos de contingência;
- Treinamento e desenvolvimento profissional;
- Padrões éticos e comerciais;
- Mitigação de risco, incluindo seguro quando eficaz.

22. Cobertura de seguros

Os valores segurados são determinados e contratados em bases técnicas que se estimam suficientes para a cobertura de eventuais perdas decorrentes de sinistros com bens do ativo não circulante e mantêm cobertura de responsabilidade civil e dano moral a terceiros.

O escopo dos trabalhos de nossos auditores não inclui a emissão de opinião sobre a suficiência da cobertura de seguros, a qual foi determinada pela Administração da Companhia e que a considera suficiente para cobrir eventuais sinistros.

23. Eventos subsequentes

Conforme destacado na nota explicativa nº 1 a Empresa permanece monitorando a pandemia do COVID-19 e, até a data de emissão dessas demonstrações financeiras, nenhum impacto adicional foi identificado. Além disso, a Administração fez suas avaliações e chegou à conclusão de que não ocorreram demais fatos relevantes a serem divulgados entre a data base do encerramento das demonstrações financeiras e a data da sua respectiva aprovação.
